



XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Universidade, desenvolvimento e futuro na Sociedade do Conhecimento

Mar del Plata – Argentina
22, 23 e 24 de novembro de 2017
ISBN: 978-85-68618-03-5



PERFIL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS ACADÊMICOS DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRA

CARINA DE OLIVEIRA DIAS

Fundação Universidade Federal de Rondônia
carina.lcs@hotmail.com

NÁDIA CAREN DOS SANTOS ARENAS

Prefeitura Municipal de Porto Velho
nadia.arenas@hotmail.com

MARLENE VALEIRO DOS SANTOS ARENAS

Fundação Universidade Federal de Rondônia
marlenearenas@unir.br

ROSÁLIA MARIA PASSOS DA SILVA

Fundação Universidade Federal de Rondônia
rosaliapassos@unir.br

RESUMO

A falta de conhecimento sobre educação e planejamento financeiro tem contribuído sobremaneira para o crescente endividamento das pessoas. Trata-se de uma pesquisa exploratória, bibliográfica, quantitativa, com aplicação de uma *survey*, com o objetivo geral de apresentar o comportamento financeiro dos estudantes universitários dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de uma Instituição Federal de Ensino Superior-IFES. Para atender esse objetivo geral, necessário se faz verificar qual o conhecimento sobre educação e planejamento financeiros desses acadêmicos, como se dá o controle de finanças, qual o perfil de investidor dos acadêmicos, como gerenciam seus gastos e que tipo de endividamento possuem. Constatou-se que os acadêmicos não possuem perfil de investidores, se mostram conservadores, gerenciam os gastos da forma mais simples, sem programas sofisticados, não se consideram endividados, embora o comprometimento da renda varie de 31% a 60%, ou mais.

Palavras-chaves: Educação financeira. Comportamento financeiro. Gerenciamento de gastos.

1. INTRODUÇÃO

Possuir uma boa gestão de finanças pessoais é relevante para quem deseja educar-se financeiramente, e assim manter o equilíbrio entre as receitas e as despesas, garantindo uma relação equilibrada com o dinheiro, e se possível, livrar-se de dívidas ou finanças desordenadas.

No Brasil a ausência de educação financeira chega a ser uma questão cultural, resultado da inflação e instabilidade econômica, em que as pessoas eram forçadas a gastar em curto prazo tudo o que ganhavam, pois o valor do dinheiro sofria acelerada desvalorização. Essa realidade muda com a implantação do Plano Real (1994) que trouxe estabilização da moeda e o aumento do poder de compra da população.

Paralelamente à transformação econômica houve o crescimento de créditos ofertados por parte das instituições financeiras, fator responsável por ser a principal causa do endividamento entre os brasileiros, como traz a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência (PEIC, 2016), que mostra que 57,7% das famílias possuíam alguma dívida entre cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, prestação de carro, seguro, entre outras. Certifica-se dessa maneira que a população brasileira, em geral, não amadureceu em relação à educação de suas finanças.

Tendo em vista o cenário apresentado, e levando em consideração o fato de que os cursos de Administração, Ciências Contábeis, e Ciências Econômicas, estão ligados à finanças, surge a problemática: O comportamento financeiro dos estudantes universitários dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, e Ciências Econômicas Instituição Federal de Ensino Superior-IFES é mais saudável do que da maioria da população?

O presente trabalho tem como objetivo geral, apresentar a relação entre a educação financeira e o comportamento financeiro de estudantes universitários E como objetivos específicos expor qual o conhecimento sobre educação e planejamento financeiro dos acadêmicos; como se dá o controle de finanças, qual o perfil de investidor dos acadêmicos; como gerenciam seus gastos e que tipo de endividamento possuem.

O interesse sobre o assunto se deu em função das diversas notícias sobre o crescente endividamento do brasileiro, ano após ano, e a necessidade de medidas crescentes tanto por parte dos empresários como das escolas no sentido de orientar os empregados e jovens estudantes a tomarem medidas que visem aperceber da urgente necessidade da educação financeira para um consumo consciente e como isso pode contribuir para finanças equilibradas e decisões tomadas evitando o endividamento.

Este artigo está dividido nesta introdução, seguido da fundamentação teórica. Após, tem os procedimentos metodológicos, seguido de análise dos resultados. E por fim as considerações finais.

2. CONTEXTUALIZANDO FINANÇAS PESSOAIS

Foram diversas as tentativas do governo brasileiro voltadas à conquista da estabilização econômica, sendo criados dessa forma planos econômicos como: Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), e Collor (1990). Tais estratégias tiveram pequenos ciclos de estabilidade. As oscilações de mercado forçavam as pessoas a gastarem boa parte, ou todo seu rendimento em curto prazo, pois a desvalorização da moeda era acelerada. Para Carvalho (2013, p. 6) “a ausência de planejamento integrado, de curto e médio prazo, funcionou como vetor contrário aos resultados pretendidos”.

Relata Rocha (2000), que a estabilização econômica só foi possível com a implementação do Plano Real (1994), proporcionando transformações positivas, tanto na economia, como na renda dos brasileiros. Batista (1996) ressalta ainda, que esta reforma monetária foi de grande relevância para a política econômica brasileira, que se adaptou aos modelos econômicos aderidos por alguns países da América Latina.

Com o novo quadro da economia após o Plano Real, surgiram várias possibilidades de obtenção de crédito no mercado, crescendo também o consumo desenfreado de uma população, que até então era culturalmente influenciada a não ter reserva de seu capital, tampouco planejamento financeiro. Para Silva (2013), o uso do crédito pessoal, é fator de grande relevância quando se trata de finanças. Crédito e finanças estão intimamente ligados, e devem ser estudados paralelamente, trazendo benefícios às finanças, se usado conscientemente, ou prejuízos, no caso do uso indiscriminado. Caso a realidade brasileira fosse outra, e a população fosse educada financeiramente, planejando suas finanças e tendo um maior controle dos seus dispêndios, haveria uma situação econômica, pessoal e, de modo macro, nacional, melhor e mais saudável.

Hil (2009) afirma que educação financeira é a capacidade que o indivíduo possui para realizar escolhas convenientes, que garantam uma boa gestão das finanças pessoais durante todo o ciclo de vida. Lizote e Verdonelli (2014) *apud* Remund (2010) diz que educação financeira é o grau de entendimento que as pessoas têm sobre os conceitos financeiros, e suas habilidades de fazer escolhas de curto prazo e de planejamento de longo prazo, em meio as variações de mercado e eventos extraordinários.

Cherobim e Espejo (2010) afirmam que além das empresas que efetuam seus planejamentos estratégicos de forma periódica, os indivíduos e as famílias também deveriam fazer um planejamento bem estruturado e periódico, independente da classe social a que pertença ou da fase de vida em que estão.

A pesquisa realizada por Matsumoto *et al.* (2013) concluiu que o conhecimento de educação e planejamento financeiro, adquiridos por intermédio da família foi considerado como a mais importante e menos significativas foram conversa com os amigos, revistas, livros, TV. Concluiu ainda que, , a maioria dos entrevistados respondeu que paga sempre o saldo total do cartão de crédito no dia do vencimento. Quanto a propensão ao risco, 45% dos entrevistados aplicam em poupança e na aquisição de bens, 32% aplicam em fundos de investimentos de risco médio e 22% aplicam em ações. Tanto na pesquisa de Silva (2013) quanto na pesquisa de Matsumoto *et al.* (2013) os entrevistados afirmaram ter razoável segurança em lidar com as finanças.

Diversos países preocupam-se cada vez mais em como as pessoas estão gerindo suas finanças, havendo desse modo, um aprofundamento em estudos na área (OCDE, 2005). Diante das afirmações sobre educação financeira, citadas anteriormente, torna-se evidente a importância e a necessidade da população, principalmente dos brasileiros, de incluírem essa temática às suas vidas.

A OCDE (2005) realizou pesquisas em países membros, e também em países não membros. Visando aprimorar o entendimento da população sobre conceitos e investimentos financeiros, criou alguns princípios e recomendações relacionadas à educação financeira.

Esses princípios foram adaptados por Lopes Júnior *et al.* (2014) , afirmando que a educação financeira deve ser promovida de forma justa, que o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos devem se adequar à realidade de cada país, incluindo aspectos básicos de planejamento financeiro, decisões de poupar, de endividamento, de contratação de seguros, previdência privada e conceitos elementares de matemática e economia; devem ser considerados como instrumentos para o crescimento e estabilidade econômica pelos órgãos administrativos e legais de um país.

O autor acrescenta que o envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado para que seja adotado como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes; deve ser um processo contínuo que acompanhe as mudanças relativas ao mercado e suas complexidades; devendo ser veiculadas campanhas de estímulo à busca de capacitação financeira, além do fornecimento de informações relevantes de forma gratuita.

E assim como as instituições financeiras devem ser incentivadas a se certificar de que os clientes leiam e compreendam as informações disponibilizadas, principalmente quando forem relacionadas ao longo prazo; os programas devem ser orientados para o desenvolvimento das competências financeiras, sendo elaborados, da forma mais personalizada possível, para os grupos em que são aplicados.

Lopes Junior *et al.* (2014) ressalta a importância da educação financeira começar nos níveis mais básicos de educação para inserir desde cedo os indivíduos no contexto econômico-financeiro; deve focar o planejamento financeiro pessoal, a poupança, a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros, entre outros assuntos.

Lucena e Maciel (2010) alertam sobre a necessidade de programas de educação financeira que visem orientar e conscientizar a população sobre conceitos básicos de finanças, de controle de gastos, bem como no que se refere ao crédito, investimento e poupança.

Nesse sentido foi criada recentemente a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), lançada oficialmente em 2010, por meio do Decreto Presidencial nº 7.397, decreto este que também criou o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). Segundo Cardozo (2012), o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COMEREC), com o objetivo de definir uma proposta de política pública voltada para educação financeira da população, tendo participação de associações e entidades do mercado, que já trabalhavam para desenvolver a educação financeira no País.

A ENEF é relevante para que a educação financeira seja inserida adequadamente no Brasil, e assim mudar o comportamento das pessoas, conscientizando-as da melhor maneira de se relacionar com suas finanças, tendo em vista que, de modo generalizado, a população brasileira encontra dificuldades em planejar seus gastos de longo prazo, tarda em se organizar para a aposentadoria, não é informada sobre os riscos de determinado investimento e dos cuidados, que devem ser tomados, na hora da tomada de decisão em relação a empréstimos, além de serem suscetíveis à fraude.

A Pesquisa Nacional de Educação Financeira em parceria com BM&F Bovespa, conduzida pela Data Folha, confirmou que o nível de educação financeira do brasileiro é baixo. Foram entrevistadas 1.809 pessoas em cinco capitais do Brasil (Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador) de diferentes níveis de renda e de instrução financeira, dos quais 36% das pessoas tem perfil gastador, e 31% são os que reservam parte da renda para a aposentadoria, e revelou também, que há uma crescente parcela da população destinando uma maior parte da sua renda ao consumo imediato, reduzindo assim as taxas de poupança.

O público-alvo, que a ENEF (2011) busca atingir de início, é constituído de jovens e crianças, já que desenvolver programas de educação financeira para adultos é considerado altamente criterioso, levando em conta os maus hábitos financeiros que já fazem parte da essência do público em questão. A proposta final da estratégia é transformar aos poucos a cultura financeira da população, para que as próximas gerações sejam detentoras de um novo comportamento financeiro.

De acordo com França (2011, p. 52) “Os jovens estudantes não têm hábito de economizar. Para os que ingressam no mercado de trabalho, raramente têm chances de

acumular parte do salário, e quando poupam, destinam suas economias a necessidades instantâneas”.

Reiteram Claudino, Nunes e Silva (2009) que poupar não é só deixar de consumir no presente para consumir no futuro, mas sim obter a renda adequada hoje a fim de conquistar a renda desejada no futuro. Por isso seria importante, que o contato com as finanças fosse inserido à cultura, por meio da educação, desde criança.

Cruz, Kroetz e Fáveri (2012) em suas pesquisas constataram que 75% dos respondentes possuem algum tipo de controle financeiro mensal e o fazem no início do mês com um cálculo aproximado do que irão gastar. Controlam as despesas a partir desses parâmetros. E vale ressaltar que o conhecimento sobre planejamento financeiro foi adquirido por meio da *internet*.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória que de acordo com Gil (2002, p.41) “Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada com o intuito de alicerçar o tema abordado, o que para CRESWELL (2010, p.51) é o ato de compartilhar com o leitor os resultados de outros estudos que estão estreitamente ligados à pesquisa proposta.

Para alcançar os objetivos geral e específicos foi aplicada uma *survey*, cujo instrumento de coleta estruturado foi testado com cinco acadêmicos, com o propósito de verificar se as questões estavam bem elaboradas e de fácil entendimento. Questões fechadas permitem uma pesquisa quantitativa, que tem por objetivo registrar os dados da coleta para posterior análise, e segundo Rodrigues (2007, p.9) é “traduzir em números as opiniões e informações para serem classificadas e analisadas”.

A *survey* foi aplicada aos acadêmicos, de forma presencial, sem a necessidade de identificação, que tiveram a liberdade de responder de acordo com suas convicções. O total de acadêmicos dos três cursos é igual a 402 (quatrocentos e dois) acadêmicos e o total de 133 respondentes o que representa 33% (trinta e três por cento).

Dos 133 respondidos, dois foram desconsiderados por estarem incompletos, sendo validados 131. A *survey* foi aplicada no período de novembro a dezembro de 2016.

Para análise dos dados coletados foi utilizado estatística descritiva que busca estabelecer relação entre as variáveis do tema discutido (GIL, 2002).

4. ANÁLISE DOS DADOS

A população é representada por 402 alunos matriculados, sendo o curso de Administração com 187, o que representa 46,52%; o curso de Ciências Contábeis 152, o que representa 37,81%, e o curso de Ciências Econômicas com 63, o que representa 15,67%.

Os acadêmicos que participaram da pesquisa 57 são do curso de Administração (43,52%), 43 do curso de Ciências Contábeis (32,82%) e 31 do curso de Ciências Econômicas (23,66%).

Houve maior participação do curso de Administração com 58 respondentes, sendo um questionário cancelado por estar incompleto, assim sendo considerados 57 questionários validados do curso de Administração.

Como mostra a Tabela 1 verifica-se que o grupo de respondente é formado por 50,39% do gênero masculino e 49,61% do gênero feminino. A faixa etária mais representativa

é de acadêmicos entre 21 a 25 anos correspondendo a 45,84%, seguida da faixa etária entre 26 e 30 anos que corresponde a 21,37%, e 16,77 representam acadêmicos menores de 20 anos, a faixa etária acima de 30 anos representa 16,02%.

A etnia de maior representatividade dos respondentes corresponde a parda (59,54%), seguida da branca (23,66%), e negra (16,79%). O estado civil solteiro predomina entre os respondentes (62,59%), seguido de casados/união estável (29,77%). Desses respondentes 62,59% não possuem filhos, e 25,91% possuem de um a três filhos, 10,68% não responderam a essa pergunta.

Foi perguntado aos acadêmicos se estavam empregados e qual a área de atuação. Dos 133 respondentes, 85 têm vínculo empregatício remunerado, o que representa 64,88% desse total, e atuam em diversas áreas, sendo a maior concentração no serviço público (23,80%).

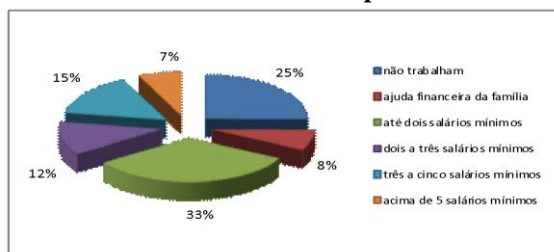
Tabela 1-Perfil sociodemográfico dos respondentes.

| VARIÁVEIS | CATEGORIAS | N=131 | PERCENTUAL (%) |
|--|---------------------|--------------|-----------------------|
| Sexo | Feminino | 65 | 49,61 |
| | Masculino | 66 | 50,39 |
| Faixa etária | Inferior a 20 anos | 22 | 16,77 |
| | De 21 a 25 anos | 60 | 45,84 |
| | De 26 a 30 anos | 28 | 21,37 |
| | De 31 a 35 anos | 9 | 6,87 |
| | De 36 a 40 anos | 7 | 5,34 |
| | Acima de 41 anos | 5 | 3,81 |
| Etnia (declarada pelo entrevistado) | Branca | 31 | 23,66 |
| | Parda | 78 | 59,55 |
| | Negra | 22 | 16,79 |
| | Indígena | - | - |
| | Outros | - | - |
| Curso | Administração | 57 | 43,52 |
| | Ciências contábeis | 43 | 32,82 |
| | Ciências econômicas | 31 | 23,66 |
| Estado civil | Solteiro | 82 | 62,59 |
| | Casado | 27 | 20,61 |
| | Viúvo | - | - |
| | Divorciado/separado | 1 | 0,76 |
| | União estável | 12 | 9,16 |
| | Outros | 2 | 1,52 |
| | Não responderam | 7 | 5,34 |
| Filhos | Nenhum | 82 | 62,59 |
| | Um | 23 | 17,55 |
| | Dois | 10 | 7,63 |
| | Três | 1 | 0,73 |
| | Mais de três | 1 | 0,76 |
| | Não responderam | 14 | 10,68 |
| Trabalho (remunerado) | Sim | 85 | 64,88 |
| | Não | 44 | 33,58 |
| | Não responderam | 1 | 0,76 |

Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa.

O Gráfico 1 a seguir, mostra a renda mensal dos respondentes, considerando que o valor do salário mínimo, quando aplicado a *survey*, era de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

Gráfico 1-Renda mensal dos respondentes



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

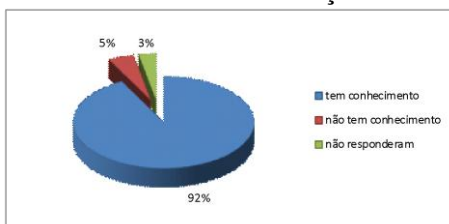
Pode-se verificar que 32,84% dos respondentes recebem até dois salários mínimos, 15,26% recebem de três a cinco salários mínimos, seguido de 12,21% que recebem de dois a três salários mínimos, 25,19% responderam que não trabalham, 7,63% recebem ajuda financeira da família e 6,87% recebem acima de cinco salários mínimos.

Quando perguntado aos acadêmicos se sabiam o que era educação financeira, verificou-se 87,78% responderam afirmativamente e 12,21% responderam que não sabiam.

O conceito de educação financeira da OCDE (2005) foi apresentado aos respondentes "o processo em que as pessoas melhoram seu entendimento em relação aos recursos recebidos e seus gastos" e perguntado se esse era o conceito que os mesmos entendiam por "Educação Financeira".

Dos 131 respondentes, 92,36% afirmaram que o conceito apresentado é o que conhecem como educação financeira. Demonstra que os acadêmicos sabem o que é educação financeira, 4,58% dos acadêmicos responderam que não sabiam, mas confirmam que esse é o conceito que entendem por educação financeira, 3,06% não responderam (Gráfico 2).

Gráfico 2-Conceito de educação financeira apresentado aos respondentes

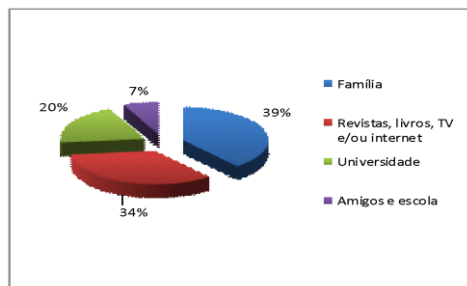


Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

O Gráfico 3, a seguir, buscou saber como os acadêmicos adquiriram conhecimento sobre finanças pessoais ou como aprenderam a controlar suas finanças.

Verificou-se por meio das respostas que, 39,13% dos respondentes têm seu conhecimento financeiro advindo das suas famílias, seguido de 34,16% proveniente de revistas, livros, TV e ou internet, e em terceiro lugar com 19,87% dos acadêmicos afirmaram terem adquirido conhecimento financeiro somente na universidade, enquanto os 6,84% disseram que a origem de seu controle financeiro se dá por meio de amigos e escola.

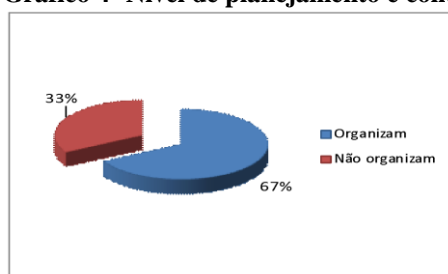
Gráfico 3- Como adquiriram conhecimento sobre finanças pessoais



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

Dos 131 respondentes 67,18% admitiram realizar o controle de suas finanças, e 32,82% responderam que não fazem planejamento financeiro, corroborando com a pesquisa de Cruz, Kroetz e Fáveri (2012) (Gráfico 4).

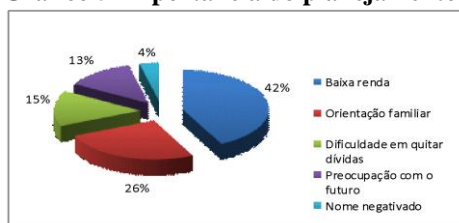
Gráfico 4- Nível de planejamento e controle financeiro



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

Dos 131 acadêmicos, 42,62% responderam que o planejamento financeiro é necessário devido aos poucos rendimentos que recebem e precisam controlar gastos, 25,92% afirmaram que desde cedo fazem planejamento financeiro por orientação dos pais ou família, 14,81% dos acadêmicos disseram que o endividamento e a dificuldade de pagar suas dívidas foram fatores determinantes para uma mudança de postura, 12,95% responderam que o controle financeiro sempre foi importante porque desejam um futuro melhor e se preocupam em garantir a velhice e 3,7% dos respondentes disseram que o descontrole financeiro teve como consequência o nome negativado. Os dados apurados divergem da pesquisa de Cruz, Kroetz e Fáveri (2012), pois em sua pesquisa os pesquisados responderam que a maioria havia adquirido conhecimento de planejamento e controle financeiro por meio da *internet* (Gráfico 5).

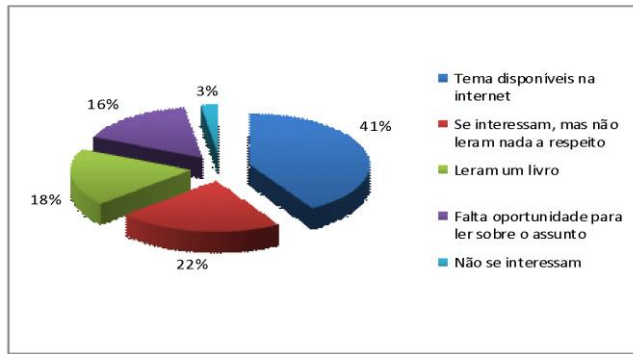
Gráfico 5-Importância do planejamento financeiro para os acadêmicos



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa.

O Gráfico 6 a seguir apresenta o percentual de acadêmicos que já leram, ou não, algum livro que aborda a temática finanças pessoais ou educação financeira.

Gráfico 6-Nível de interesse em leituras relacionadas ao planejamento financeiro



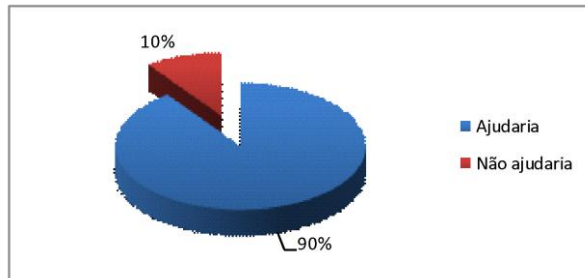
Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

É possível identificar que 41% dos respondentes se interessaram por programas relacionados ao tema disponíveis na *internet*, 22% se interessam pelo assunto, mas não leram nada a respeito, por falta de oportunidade para se dedicarem ao assunto, 18% dos acadêmicos leram um livro, 13,08% dos acadêmicos não tiveram oportunidade para ler sobre o tema, e ainda com 3% dos respondentes afirmam não se interessarem pelo assunto.

No Gráfico 7, a seguir, foi indagado aos respondentes se acreditam que um programa grátis disponível na internet ajudaria no controle das suas finanças pessoais.

A análise mostra que 90,08% dos acadêmicos acreditam que um programa grátis na *internet* os ajudaria no controle financeiro, e somente 9,92% acham que não ajudaria, em seus controles financeiros, ter esse suporte gratuito.

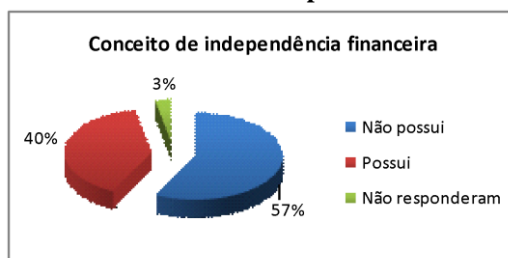
Gráfico 7-Percepção dos respondentes sobre a disponibilidade de programas livres para planejamento financeiro



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa.

Foi perguntado aos acadêmicos se os mesmos possuem independência financeira. Considerando como conceito de independência financeira: "Independência financeira está associado à geração de um fluxo de renda mensal, de caráter perpétuo, que seja suficiente para manter um determinado padrão de vida por tempo indeterminado".

Gráfico 8-Conceito de independência financeira.

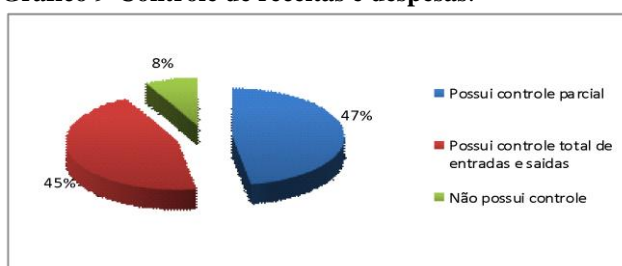


Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

Com base no conceito dado sobre independência financeira 57,26% dos respondentes disseram que não possui independência financeira e 39,69% responderam que sim, 3,05% não responderam a pergunta.

Importante verificar se os acadêmicos possuíam total controle das entradas e saídas dos seus rendimentos. Dos 131 respondentes, 47,34% afirmaram possuir controle parcial das entradas e saídas dos seus rendimentos, 45,03% disseram que possuem controle total das entradas e saídas, e 7,63% disseram não possuir nenhum controle. o que pode ser observado no Gráfico 9 a seguir:

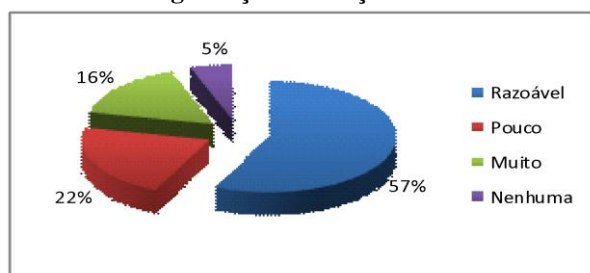
Gráfico 9-Controle de receitas e despesas.



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

Dos respondentes 57,26% disseram ter razoável segurança em lidar com as finanças, 21,37% afirmaram se sentirem pouco seguros, 16,03% se sentem muito seguros, e somente 5,34% se sentem nada seguro. Os dados encontrados corroboram com a pesquisa de Silva (2013), que a maioria dos entrevistados disse ter razoável segurança em lidar com as finanças (Gráfico 10).

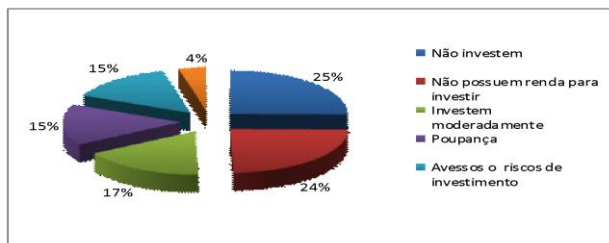
Gráfico 10 - Segurança em relação ao controle das finanças.



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

Dos respondentes 25,22% responderam que não fazem nenhum tipo de investimento, 24,42% afirmaram que ainda não possuem renda que permita fazer algum tipo de investimento, 16,79% se consideram investidor moderado de risco médio, 15,26% disseram que o único investimento que fazem é investir na poupança, 14,50% se consideram conservadores em relação aos investimentos e são avessos ao risco, 3,81% se consideram investidores arrojados (Gráfico 11).

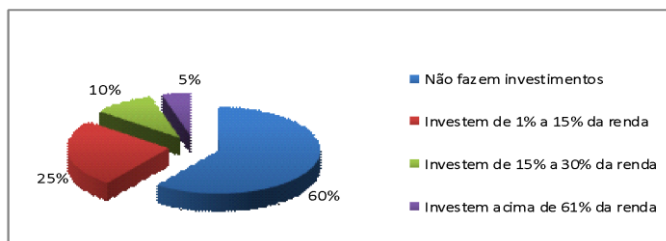
Gráfico 11 - Autoavaliação diante do risco de investimento.



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

O resultado mostra que 60,32% dos respondentes não fazem nenhum tipo de investimento, 25,19% dos acadêmicos destinam de 1% a 15% da sua renda para investimentos, 9,92% reservam de 16% a 30% de sua renda para investir, enquanto 4,57% dos acadêmicos decidem investir acima de 31% da sua renda em algum tipo de investimento. Os resultados divergem da pesquisa realizada por Silva (2013), que apurou que a maioria dos entrevistados investe de 1 a 10% de sua renda. Enquanto 60,3% dos acadêmicos da UNIR não fazem nenhum tipo de investimento (Gráfico 12).

Gráfico 12- Percentual de renda destinada a investimentos

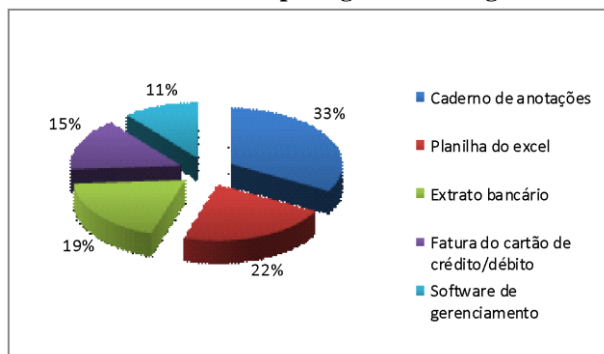


Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

Analisando as respostas no Gráfico 11 e 12, verifica-se uma contradição nas respostas, pois no Gráfico 11, 49,61% responderam que não fazem nenhum tipo de investimento e que ainda não possuem renda que permita fazer algum tipo de investimento. E no Gráfico 12, 60,30% responderam não fazem nenhum tipo de investimento.

Quanto a ferramenta mais utilizada pelos acadêmicos para gerenciar renda é do caderno de anotações compreendendo 32,97% dos respondentes, 21,96% utilizam planilha simples no Excel, 19,07% utilizam o extrato bancário, 15,02% usam a fatura ou comprovante do cartão de crédito/débito como acompanhar seus gastos, e 10,98% dos respondentes utilizam *software* de gerenciamento (como aplicativos para celulares) para acompanhar seus gastos. Os dados encontrados corroboram com a pesquisa de Silva (2013) (Gráfico 13).

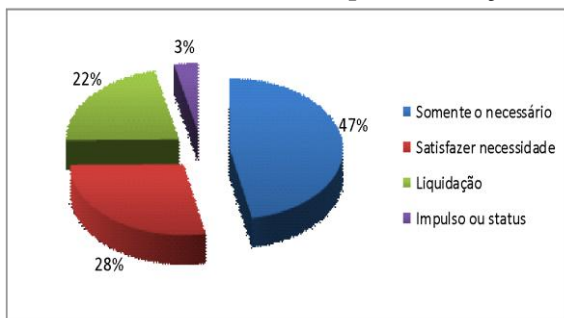
Gráfico 13- Ferramenta para gerenciar os gastos



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

Da amostra, 46,88% dos respondentes afirmam que compram somente o necessário, independente se há liquidação ou não, 27,97% dos acadêmicos compram com o objetivo de satisfazer uma necessidade, 21,67% dos respondentes aproveitam a oportunidade de liquidação, e só 3,48% afirmam que compram para atender o apelo de marketing (impulso) ou compram por *status* (Gráfico 14).

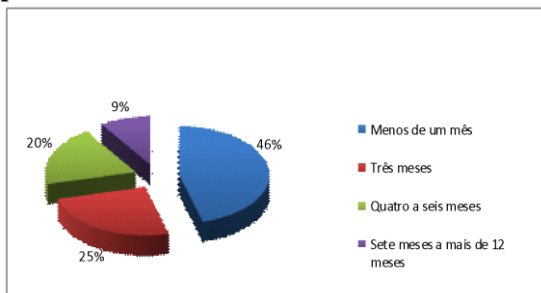
Gráfico 14 - Critério utilizado para realização de compras.



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

A análise do Gráfico 15 mostra por quantos meses os acadêmicos conseguiriam manter seu padrão de vida atual, no caso de perda total de suas fontes de renda, utilizando apenas suas economias.

Gráfico 15 - Por quanto tempo conseguiriam se manter com suas economias em caso de perda da renda

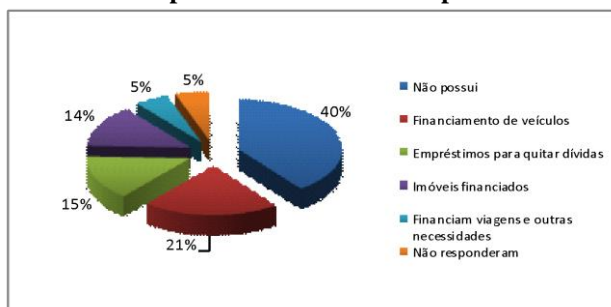


Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

Uma parcela, representativa de 45,82% dos respondentes afirmam que não conseguiriam manter-se no mesmo padrão de vida, 25,19% manteriam o padrão por aproximadamente um a três meses, 19,84% dos acadêmicos viveriam no mesmo padrão de quatro a seis meses caso perdessem seus rendimentos, e 9,15% dos respondentes viveriam de sete meses a mais de 12 meses somente com suas economias.

No Gráfico 16 a seguir foi perguntado aos acadêmicos se possuíam algum tipo de financiamento/empréstimo, e qual era o tipo.

Gráfico 16 - Tipo de financiamento/empréstimo

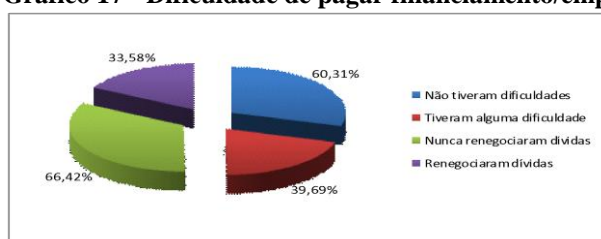


Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

No Gráfico 16 foi observado que 39,71% dos acadêmicos disseram não possuir nenhum tipo de financiamento/ empréstimo, 21,37% tem obrigações com financiamento de veículos, 14,50% utilizou empréstimos para quitar dívidas, 13,74% dos respondentes tem imóveis financiados, 5,34% dos acadêmicos financiam viagens e outras necessidades, e 5,34% não responderam.

Dos acadêmicos 60,31% responderam não sentir dificuldade em sanar seus financiamentos enquanto que 39,69% tiveram alguma dificuldade, dos respondentes 66,42% nunca necessitaram renegociar suas dívidas, e 33,58% já foram levados à renegociação. Comparando as respostas se percebe certa contradição (Gráfico 17).

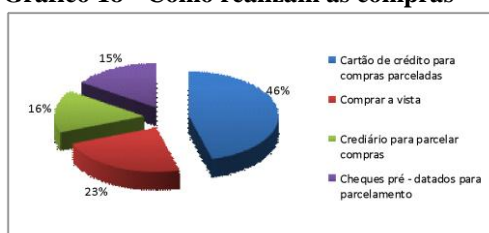
Gráfico 17 - Dificuldade de pagar financiamento/empréstimo



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa.

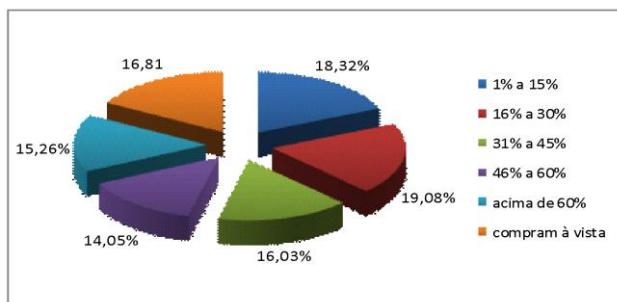
A maioria dos respondentes representando 45,83% afirmam utilizar o cartão de crédito para compras parceladas, já 23,22% disseram que preferem fazer compras a vista, e 15,48% usam o crediário para parcelar suas compras, e totalizando 15,47% dividem suas compras por meio de cheques pré-datados, CDC (empréstimo bancário), boletos bancários, e empréstimos consignados. Como afirma Maciel e Marinho (2013) o endividamento está relacionado a maior facilidade na concessão de crédito (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Como realizam as compras



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

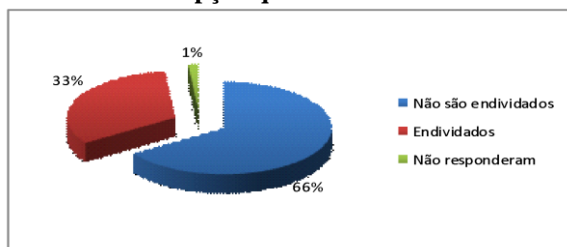
Gráfico 19 - Comprometimento da renda



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

Dos respondentes, 65,66% afirmaram que não são endividados, e 32,82% se consideram pessoas endividadas, e 1,52% não responderam (Gráfico 20).

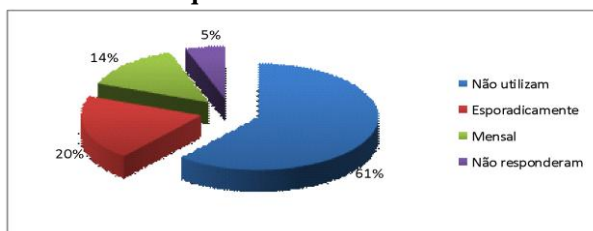
Gráfico 20-Percepção quanto ao endividamento



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

Com maior representatividade 61,08% dos respondentes não utilizam o limite do cartão ou limite do cheque especial, 19,84% dos acadêmicos responderam que utilizam esporadicamente e sanam a dívida logo que possível, e somente 13,74% afirmam que utilizam todos os meses, e 5,34% dos acadêmicos não responderam (Gráfico 21).

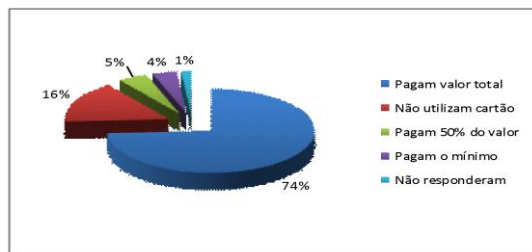
Gráfico 21 - Frequência como utilizam o limite cartão de crédito/cheque especial



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

Dos respondentes que fazem uso dessa ferramenta, 74,06% disseram que pagam o valor total das compras realizadas, 16,03% não fazem o uso do cartão de crédito para realização de compras, 4,58% dos acadêmicos pagam 50% do cartão mesmo tendo ciência de que incidem juros altos sobre o valor não pago, e 3,81% afirmam pagar o mínimo do valor da compra, mesmo sabendo da incidência de juros altos, e somente 1,52% não responderam (Gráfico 22).

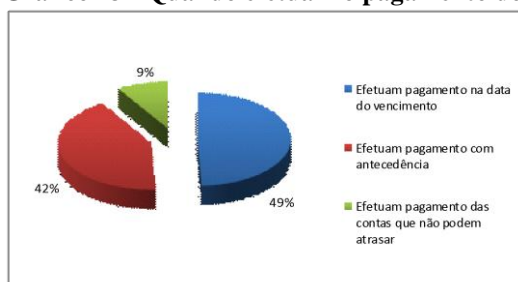
Gráfico 22 - Como efetuam o pagamento do cartão de crédito



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

Dos respondentes 49,27% afirmam que costumam pagar suas contas na data do vencimento, 41,91% pagam com antecedência, e 8,82% assumiram que pagam as contas parceladas que não podem atrasar, ficando as demais em segundo plano.

Gráfico 23 - Quando efetuam o pagamento do cartão de crédito



Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa

CONCLUSÃO

Com diversas notícias veiculadas sobre o crescente endividamento dos brasileiros, há notória necessidade de medidas, tanto por parte de empresas públicas quanto privadas, com objetivo de orientarem a uma educação financeira saudável, aliada a práticas saudáveis de consumo contribuindo para finanças equilibradas e uma racional tomada de decisão quanto a financiamentos e empréstimos, evitando o endividamento.

Diante disso, os objetivos de verificar o conhecimento que os acadêmicos têm sobre educação financeira, qual o comportamento financeiro desses universitários, já que os cursos pesquisados dão ênfase à finanças.

A pesquisa apresentou algumas limitações, tendo em vista que o período de aplicação dos questionários se deu no final do segundo semestre de 2016, período de provas e férias, o que justifica o baixo número de respondentes.

Bem se sabe que a temática Educação Financeira é considerada pouco difundida no Brasil, assim a pesquisa tem a sua importância e abre um leque de possibilidade para pesquisas abordando esse assunto.

Como sugestão para outras pesquisas, a aprofundamento na questão do endividamento dos acadêmicos, já que houve uma contradição nas respostas. E outra possibilidade de pesquisa, utilizando a mesma *survey*, aplicar aos estudantes dos mesmos cursos em uma faculdade particular e depois fazer um comparativo com os dados coletados em uma instituição pública.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira – gestão de finanças pessoais**. Brasília: BCB, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf

BATISTA JR, P. N.. **O Plano Real à luz da experiência mexicana e argentina**. Estudos Avançados, v. 10, n. 28, p. 127-197, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v10n28/v10n28a07.pdf>. Acesso em 26 de Janeiro às 13h29.

BRASIL. **Decreto n. 7.397 de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira-ENEF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm. Acessado em 16 de abril de 2017.

CARDOZO, J. de S. **Um olhar sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira-ENEF e sua potencial contribuição para a disseminação da cultura previdenciária**. 2012. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3288/1/2011_JulianadeSousaCardozo.pdf. Acesso em 05 de fevereiro de 2017 às 1h08.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F.C. da. **Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos**. Anais do SEMEAD-Seminários em Administração, São Paulo, SP, Brasil, v. 12, 2009. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>. Acesso em 12 de fevereiro de 2017 às 23h12.

CHEROBIM A. P. M. S; ESPEJO M.M.S.B. **Finanças pessoais: conhecer para enriquecer!** São Paulo: Atlas, 2010. 147 p.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)**. 2016. Disponível em: http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_junho_2016.pdf. Acesso em 05 de fevereiro de 2017 às 15h45.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. In: Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. Artmed, 2010.

CRUZ, B.H. da; KROETZ, M.; FÁVERI, D. B. de. **Gestão Financeira Pessoal: uma aplicação prática**. In: IX SEGeT Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Disponível em <www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/19116831.pdf>. Acesso em 15 abr 2017.

EXAME.com. **Geração Z: quem são os consumidores do futuro**. Em 10 Outubro 2010, 3h41. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/marketing/geracao-z-quem-sao-consumidores-futuro-596163/>. Acessado dia 12 de Fevereiro. 2017 às 15h26.

FRANÇA, L. H. de F. P. **O envelhecimento populacional e seu reflexo nas organizações: a importância da educação ao longo da vida**. Boletim Técnico do Senac, v. 37, n. 2, p. 49-60, 2011. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/193>. Acesso em 06 de fevereiro de 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, v. 5, p. 61, 2002.

HILL, N. **Quem pensa enriquece**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2009.

LIZOTE, S. A.; VERDINELI, M. A. **Educação Financeira: um estudo das associações entre o conhecimento sobre finanças pessoais e as características dos estudantes universitários do curso de Ciências Contábeis**. In: XIV Congresso USP Controladoria e Contabilidade, 2014, São Paulo. XIV USP Novas Perspectivas na Pesquisa Contábil

LOPES JUNIOR, *et al.* **Nível de conhecimento financeiro dos jovens da geração y e estudantes de um centro universitário na zona sul de São Paulo**. 2014. Disponível em: <http://tede.fecap.br:8080/jspui/handle/tede/381>. Acesso em 11 de fevereiro de 2017 às 18h12.

LUCENA, W.G.L.; MACIEL, R. G. C. **A precificação psicológica relacionada ao comportamento do consumidor no processo de decisão de compra de bens ou serviços**. In: IV Congresso Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 2010, Natal. AnpCont 2010.

MATSUMOTO, A.S.; KONDO, E.K.; CUNHA, G.H. DE M.; BOURAHLI, A.; PRATA, G.E. **Educação Financeira: estudo comparativo entre estudantes de uma universidade pública (PR) e uma privada (DF)**. In: XVI Seminários em Administração, 2013, São Paulo. XVI SEMEAD-FEA-USP, 2013.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. Assessoria de Comunicação. OECD's Financial Education Project. 2005. Disponível em: www.oecd.org/. Acesso em: março 2017.

ROCHA, S. **Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real**. 2000. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2365/1/TD_721.pdf. Acesso em 26 de janeiro. 2017 às 12h40.

RODRIGUES, William Costa et al. Metodologia científica. **Faetec/IST. Paracambi**, 2007. Disponível em: http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33851445/metodologia_cientifica.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1487564888&Signature=LX88ZtMiXW69ZSPetVIo3VnGruE%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DMetodologia_Cientifica_Conceitos_e_Defin.pdf. Acesso em 19 de fevereiro. 2017 às 23h45.

SILVA, R. B. **A influência da Educação Financeira para a formação de poupança pelos alunos do curso de Administração da faculdade cearense**. 2013. Disponível em: <https://www.faculdadescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/ADM/A%20INFLUENCIA%20DA%20EDUCACAO%20FINANCEIRA%20PARA%20A%20FORMACAO%20DE%20POUPANCA%20PELOS%20ALUNOS%20DO%20CURSO%20DE%20ADMINISTRACAO%20DA%20FACULDADE%20CEARENSE.pdf>. Acesso em 09 de fevereiro às 23h52.